



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná

CNPJ – 76.245.042/0001-54

JUSTIFICATIVA PARA DEFLAGRAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 029/2022, COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM EM FORMA DE AMPLA CONCORRÊNCIA ENTRE OS PARTICIPANTES.

No Município de Jataizinho, de acordo com informação obtida junto à Divisão de Tributação não há nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte com ramo de atividade relacionada à medicamentos.

Igualmente, não há cadastro de microempresa ou empresa de pequeno porte com ramo de atividade relacionada à medicamentos junto ao setor de licitação.

Ademais como determinado no art.49 da LC nº123/2006 deve-se observar que a incidência dos benefícios à microempresa ou empresa de pequeno porte estabelecida nos arts.47 e 48, I, somente poderão ser aplicados mediante comprovação da presença efetiva de no mínimo três potenciais fornecedores competitivos, bem como que o tratamento diferenciado não seja desvantajoso à administração pública ou represente prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

Ainda, em observância ao Prejulgado nº27 do Tribunal de Contas do Paraná verifica-se que a deflagração de licitação exclusiva a micros e pequenas empresas é obrigatória, observando-se o limite de R\$80.000,00 para cada item ou lote. Porém, as condições estabelecidas no art.49 da LC nº123/2006 afastam tal obrigatoriedade.

E, em observação à Recomendação Administrativa nº23/2021 do MPPR, expedida pela GEPATRIA, verifica-se que em que pese a obrigatoriedade de conjugar o benefício diferenciado estabelecido no art.48, I, da LC nº123/2006 com o percentual de empate de 10%, ficou definido no item 5.1.4 a necessidade de se *“Declinar no edital que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não pode resultar em preço superior ao estabelecido como referência e nem se revelar desvantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado (Artigo 49, inciso III, da Lei Complementar nº123/2006 c/c Artigo 10, inciso II e parágrafo único, inciso I, do Decreto nº8.538/2015).”*

Portanto, no caso concreto do objeto licitado – medicamentos – vê-se a dificuldade de lançar licitação exclusiva para micro e pequenas empresas, em razão de não haver participação de empresas regionais em certames no município.

Bem como a medicação destinada para uso no Pronto Atendimento implantado no Município em razão do pedido de rescisão de contrato junto ao Governo Estadual pelo Hospital São Camilo quanto aos atendimentos de urgência e emergência, fato que inclusive ocasionou propositura de uma Ação Civil Pública em face do referido hospital, do Governo do Paraná e do próprio Município que apresentou Plano de Contingência, estando realizando os serviços, porém com dificuldade em medicamentos, que ora empresta de municípios vizinhos, fez compras por dispensa.

Sendo assim, o Município não pode, no momento, deflagrar licitação exclusiva a micros e pequenas empresas e correr o risco de não acorrer interessados. Ressaltando que o município não possui em seu território nenhuma empresa do ramo, bem como não possui cadastro de tais empresas junto ao setor de licitação.

Por fim, necessário observar que será previsto no Edital o tratamento diferenciado destinado ao reconhecimento do empate (10%) caso esteja participando do certame micro ou empresa de pequeno porte.

Assim, fica justificada a necessidade de se deflagrar este certame na forma da Ampla Concorrência.

Allyson Meyer de Lima
Pregoeiro